



Plenário

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 23

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de
Seguridade Social e Família

18 DE SETEMBRO DE 2019

MINISTRO DA SAÚDE NA CSSF



Foto: Cláudio Araújo

O colegiado da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) recebeu o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, na última reunião deliberativa (11). “Obrigada por aceitar mais esse convite, ministro”, agradeceu Antonio Brito (PSD-BA), presidente da Comissão.

Sobre o Sarampo, o ministro explicou que houve aumento do número de casos. “Tivemos dificuldades com a vacina Pentavalente, fornecida para o Brasil. A fábrica teve instabilidade na certificação do medicamento e a Organização Panamericana de Saúde interrompeu o abastecimento. O calendário de outubro está mantido e a situação deve se normalizar no final do ano”.

Quando o assunto é Tuberculose,

Mandetta informou que o SUS conseguiu tratar 70% dos casos. “É a doença de agente infeccioso que mais mata no mundo. Há poucos antibióticos e um crescente número de cepas resistentes aos medicamentos. Vamos presidir o Brics sobre o tema e vamos assumir a coordenação dos trabalhos do Mercosul. Isso vai auxiliar no planejamento global de ações eficazes de combate à doença”.

Sobre o programa Médicos Pelo Brasil, o ministro disse que a medida provisória aponta um caminho com várias possibilidades. “Os médicos terão um vínculo empregatício via CLT e poderão formar residência nos lugares onde atuarem, não mais de maneira provisória. Espero que o Congresso faça um bom debate sobre o tema”.

O ministro frisou que a atenção primária continua sendo o foco do Ministério da Saúde. “Temos mil equipes de Saúde da Família e temos cadastrados no programa 80 milhões de pessoas. Se cruzarmos os indicadores de vulnerabilidade, quase 30 milhões estão fora do programa. Um dos pilares para o financiamento será o cadastramento”.

SUICÍDIO E AUTOMUTILAÇÃO NA PAUTA

A CSSF se uniu à Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher para realizar o Simpósio de Prevenção ao Suicídio e Automutilação. “Esse ano criamos a Subcomissão da Família que aborda prevenção ao suicídio”, informou Antonio Brito, presidente da CSSF. Participaram ministros, deputados, escolas, universidades e a sociedade civil.

“Não falávamos sobre o suicídio por uma questão protocolar, mas, não está adiantando. Precisamos falar da depressão, da esquizofrenia, dos transtornos que podem levar uma pessoa a se suicidar ou se mutilar. Só com estatísticas e numa força conjunta conseguiremos resolver o problema”, disse o ministro da Cidadania, Osmar Terra.

Já a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damare Alves, falou do novo momento que vive a so-



Foto: Cláudio Araújo

cidade brasileira. “Temos deputados federais e estaduais extremamente envolvidos com a causa. Pessoas que esqueceram as diferenças partidárias e que estão unidas para combater esse mal. Não podemos nos omitir”.

Luiz Henrique Mandetta, ministro da Saúde, lembrou do Setembro Amarelo. “É quando a gente coloca o foco na saúde mental. É um tema interdisciplinar e uma agenda da sociedade inteira”.

Direito reprodutivo



Foto: Will Spitzer/CD

A deputada federal Carmen Zanotto (Cidadania-SC) foi autora do requerimento que uniu a CSSF e a CMulher para tratar do tema gravidez na adolescência. “O desenvolvimento do nosso País está sim relacionado ao desenvolvimento dos nossos jovens. E tudo muda para as meninas que ficam grávidas”. Especialistas do tema participaram dos debates.

A representante do Fundo de População das Nações Unidas, Júnia Quiroga, falou que a instituição trabalha há 25 anos com o tema escolha reprodutiva e direitos. “Vamos nos reunir agora para analisar o que mudou e o que não mudou nesse tempo de trabalho. Sabemos que mulheres jovens ainda morrem nos partos, ainda não têm acesso a métodos contraceptivos e muitas sofrem violência”.

Sheila Carvalho, do Instituto Ethos, disse que é necessário informar corretamente a sociedade sobre o tema. “Nossa intenção é fazer com que o jovem tenha autonomia para fazer escolhas conscientes, com informações qualificadas. Estamos realizando debates com toda a sociedade”.

Pesquisa do Ministério da Saúde indica que 18% dos nascimentos provêm de mulheres abaixo dos 19 anos que relatam gravidez não intencional. Três em cada dez meninas grávidas abandonam os estudos. Relatório do Banco Mundial mostra que, caso meninas adiassem a gravidez para depois dos 20 anos, seria injetado na economia R\$ 13 bilhões por ano.

ESPECIALISTAS DISCUTEM PLANEJAMENTO EM SAÚDE

A deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC) preside a Subcomissão de Saúde e a deputada Adriana Ventura (Novo-SP) é relatora do eixo temático gestão, recursos e planejamento em saúde na Subcomissão. Juntas, elas organizaram uma audiência pública que discutiu planejamento federal de saúde e criação do Plano Decenal de Saúde.

Representante do CNS, André de Oliveira, disse que o SUS é para 76% da população a única forma de acesso a serviços de saúde. “É um sistema enorme. Sobre planejamento em saúde, apontamos 31 diretrizes na última Conferência Nacional”.

Lourdes Almeida, do Conass, dis-

se que os secretários de saúde estão nesse momento validando o planejamento para os próximos 4 anos. “Em 2011 conseguimos ter mais conteúdo par discutir regionalização. Só em 2017 e 2018 ficou definido que as macrorregiões iriam garantir o acesso da população a todos os serviços de saúde necessários”.

Blenda Pareira, do Conasems, lembrou que municípios, estados e federação se organizam com a mesma metodologia para criar os planejamentos de saúde. “Ainda não conseguimos alcançar o ideal. São entraves: a rotatividade da gestão, o subfinanciamento, o teto dos gastos e o des-



Foto: Cláudio Araújo

financiamento federal, entre outros”.

O representante do Ministério da Saúde defendeu que há um acompanhamento muito próximo dos planejamentos em saúde dos diferentes entes, em alinhamento com o Plano Plurianual. “De 2016 a 2019 houve facilitação, pois, todos os planejamentos e programas têm objetivo e metas definidos”.

GESTÃO NA SAÚDE EM FOCO



Foto: Cláudio Araújo

A Subcomissão de Saúde da CSSF, a pedido da deputada Adriana Ventura (Novo-SP), realizou audiência pública para tratar de regionalização, consórcios públicos de saúde, hierarquização de procedimentos e informatização da atenção ao SUS.

“Quando o SUS foi implantado,

foi pensado primeiramente para ser totalmente descentralizado. A experiência mostrou que não existe sistema no mundo que se organize numa base única e exclusivamente municipal. Para discutir gestão, precisamos debater território sanitário. Na regionalização é preciso discutir planejamento integrado”, disse Renê Santos, do Conaas.

O representante do Conasems, Nilo Bretas, disse que os consórcios são superimportantes. “Em Minas Gerais quase a totalidade dos municípios estão consorciados, com diferenças regionais enormes. Essa é uma reali-

dade de oferta, de mercado, da tentativa de organizar a rede”.

O CNS também participou dos debates. Moyses Toniolo disse que a lógica é de solidariedade na saúde, principalmente para cobrir os vazios assistenciais. “Esses vazios fazem com que populações isoladas, por exemplo, não tenham acesso a algum tipo de serviço. E os consórcios vêm com ideal de atender necessidades, com a lógica de acordo e pactuação”.

Participaram também das discussões, deputados, sociedade civil, representantes do Tribunal de Contas da União e do Ministério da Saúde.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

O deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), presidente da Subcomissão Permanente de Assistência Social da CSSF, realizou uma audiência pública para discutir a política para o setor no Brasil. “Sabemos que estamos vivendo um momento crucial com o contingenciamento dos recursos”.

José de Oliveira, representante do Congemas – Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social – disse que o setor acumula nos últimos anos um déficit orçamentário de R\$2,3 bilhões. “A LOA 2019 permanece com déficit de aproximadamente 50% do orçamento para serviços socioassistenciais. São afetados servi-



Foto: Cláudio Araújo

ços diretos ao cidadão”.

A presidente do Fórum Nacional de Secretários (Fonseas), Elisa Nobre, disse que tudo que foi alcançado depende agora de um comando nacional. “Vamos continuar defendendo o SUAS porque o número de desproteção social ainda é alto”.

Aldenora Gonzales, presidente

do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) lembrou que antes da Constituição de 88, assistência social era vista como uma benesse para a população. “Quando garantimos em lei o direito a política conseguimos construir caminhos. Mas, sabemos que tudo depende de vontade política”.

Mariana Neris da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania disse que estão trabalhando para recompor as perdas e falou sobre alguns gargalos do setor: há dificuldade orçamentária sobretudo em despesas discricionárias e há disparidades no financiamento e cobertura de diferentes serviços.

EXPEDIENTE

Presidente
Dep. Antônio Brito

2º Vice-Presidente
Dep. Marx Beltrão

Secretário:
Rubens Carneiro Filho

Edição:
Maria Carolina

1º Vice-Presidente
Dep. Alexandre Serfotis

3º Vice-Presidente
Dep. Misael Varela

Redação:
Manu Nunes

Diagramação:
Jorge Ribeiro

[f](#) @seguridade.CD

[t](#) @Cssf_seguridade

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br